

Em:

O currículo no ensino básico - Globalizar, integrar, adequar e flexibilizar. In C.V. Freitas, C. Leite & J.C. Morgado (Eds.), *Reorganização curricular do Ensino Básico* (pp. 7-15). Porto: CRIAPE.

O Currículo no Ensino Básico – globalizar, integrar, adequar e flexibilizar

Maria Odete Valente

Professora do Departamento de Educação / Centro de Investigação em Educação
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
mvalente@fc.ul.pt

O Currículo do Ensino Básico - perspectivas para a acção organizacional e pedagógica é o tema deste encontro de Primavera. Pretende-se, como se diz na declaração dos seus objectivos, compreender os desafios de uma educação básica de qualidade e aceitar o compromisso de práticas profissionais e organizacionais mais exigentes, gratificantes e estimulantes. A esta conferência foi dado o título: O currículo no Ensino Básico - *globalizar, integrar, adequar e flexibilizar*.

São quatro verbos e são quatro mandatos, pela ordem com que devemos preocuparmo-nos ao tratarmos de educação básica. Flexibilizar é mesmo o último mandato, tão só um instrumento de liberdade na gestão dos objectivos principais de uma educação global, integrando várias dimensões e adequando-as às crianças e jovens, os sujeitos da educação básica obrigatória para todos. É este facto de ser obrigatória que nos obriga também a um muito sério exercício de pesquisa e a uma redobrada vigilância na definição daquilo que é realmente essencial e relevante para todos.

É, pois, sobre esta *educação básica, global e obrigatória* que devemos impacientemente questionarmo-nos, sobre o seu conteúdo e sobre as condições em que se processa, para que se possa garantir que um jovem ao deixar essa escola teve a educação necessária e suficiente para se integrar na sociedade. Integração que significa que é capaz de se construir e de realizar um projecto de trabalho que contribua para a sua realização social.

A qualidade desta vivência da escolaridade básica é assim a determinante essencial da possibilidade do indivíduo poder vir a aprender ao longo da vida quer através de uma reflexão e avaliação das experiências pessoais e sociais, quer através de aprendizagens mais formais que a vida e a tecnologia lhe proporcionem.

A nossa responsabilidade como educadores é então a de inventar todas as formas possíveis para que o tempo de escolaridade não seja desperdiçado (porque cada

momento que se passa nesta escola não volta mais) e que esse tempo seja para cada um dos alunos, nas suas múltiplas diferenças, uma oportunidade de fruição da educação nas suas diversas esferas: no aprender a pensar, no aprender a descobrir-se, no aprender a entender o mundo social e natural, no aprender a amar e a viver em alegria, no aprender a cooperar com os outros. **O segredo da educação básica** está então na qualidade de vida que todos formos capazes de ajudar a criar dentro da escola. Qualidade de vida nas aprendizagens, nas relações humanas, na fecundidade do trabalho, na compreensão de cada um e no respeito por todos, cada um com funções e expectativas diferentes relativamente ao lugar de encontro e de partilha que é a escola.

Falar de Educação Global é assim, em primeiro lugar, reconhecer que o educando não é um objecto de ensino, não é uma "vasilha previamente moldada" para encher de conhecimentos ou de competências, mas antes uma pessoa a desenvolver no seu todo, nas suas dimensões cognitivas, afectivas, éticas, políticas, uma pessoa situada num contexto familiar e social, o qual influencia o grau de entendimento possível das linguagens utilizadas, e interactiva com a motivação para a relação a estabelecer com os vários saberes disponibilizados pela escola.

A possibilidade de globalidade passa pela inter-relação, pela arquitectura das várias dimensões em todo o acto de aprendizagem, dimensões que não devem ser consideradas como parte separadas a adicionar, desligadas umas das outras, mas antes como interagindo em cada momento, tornando aquilo que se aprende como algo capaz de transformar o pensamento, o sentimento e a capacidade de acção daquele que aprende. Esta exigência de integração dos saberes com os afectos e os valores não é apenas uma necessidade para tornar relevantes as aprendizagens. Ela existe também ao nível da produção do conhecimento, ao abrir o campo à intervenção de vários tipos de conhecimentos, intuições, percepções e sentimentos na produção da própria interpretação dos fenómenos.

Da importância dos processos afectivos na construção do conhecimento têm falado vários autores. Na última década, a questão da definição da inteligência ganhou novo âmbito, compreendendo por exemplo as inteligências intrapessoais e interpessoais, na concepção de Howard Gardner, o autor das múltiplas inteligências, ou o de inteligência emocional nos termos de Coleman. Segundo este autor, a iliteracia emocional justifica dificuldades várias na escola, insucessos a vários níveis. Senso comum e emoções têm assim direito a integrar a complexidade da produção dos conhecimentos ainda que sujeitando-os a análise rigorosa. Como diz Paulo Freire "não posso em nome da exactidão e do rigor, negar meu corpo, minhas emoções, meus sentimentos. Sei bem

que conhecer não é adivinhar, mas conhecer passa também por adivinhar. O que não tenho direito a fazer, se sou rigoroso, sério, é ficar satisfeito com a minha intuição. Devo submeter o objecto dela ao muito rigoroso que merece, mas jamais desprezá-lo. Para mim, a instituição faz parte da natureza do processo de fazer e de pensar criticamente o que se faz”¹.

Falemos agora de flexibilidade curricular. Esta é apenas, como dissemos, uma liberdade de gestão que deve estar ao serviço da **diferenciação pedagógica**. Qualquer interpretação de flexibilização curricular que ponha em causa o imperativo da diferenciação pedagógica constituirá a primeira traição a esse objectivo. Um outro perigo, que paira sobre todo o processo da flexibilidade curricular, resultante de algumas interpretações restritas, é o de reduzir a discussão curricular à definição de cargas horárias das várias componentes do currículo, em vez de se centrar na diferenciação das estratégias e de tempos de trabalho em que são envolvidos os alunos mercê das suas necessidades diferenciadas. Esta diferenciação pressupõe o conhecimento dos alunos, a vontade de os reconhecer individualmente e o conhecimento pedagógico e curricular necessários para percorrer caminhos diferenciados, ajustando tarefas e materiais que conduzam, porém, aos mesmos objectivos de uma Educação Básica de Qualidade para Todos. Este é um percurso difícil que exige muita cooperação entre todos os professores, mais vontade de aprender sobre os alunos e as suas necessidades, do que a de manter-se na fidelidade, ou mesmo a obsessão, de lhes ensinar, a todo o custo, aquilo que não estão preparados emocional e cognitivamente para aprender.

Para um tal trabalho há necessidade de mais tempo de partilha, mais tempo de escuta dos alunos, mais compreensão das dificuldades pessoais provenientes das suas diferenças individuais e resultantes dos contextos socioculturais a que pertencem. São necessários recursos materiais e humanos que apoiem a manutenção de uma atmosfera de trabalho, capaz de colocar todos os alunos em tempo de tarefa. As aprendizagens que fazem falta aos professores não virão preferencialmente do exterior, mas antes da vontade organizada dentro da escola, o que pressupõe disponibilidade de espaço e de tempo. Se estes não forem contemplados de antemão, não haverá condições materiais para qualquer mudança substancial. Algumas diferenças entre os alunos provêm de processos de socialização diferentes. Uns têm códigos mais elaborados, outros mais restritos, uns são mais independentes do contexto, mais aptos para a abstracção, outros mais dependentes das relações,

¹ Freire, P. (1995). *Educação na cidade*, pp. 109-110. São Paulo: Cortez

práticas e actividades mais contextualizadas. Diferenças nos processos de desenvolvimento cognitivo, dependendo estes de condições biológicas iniciais transformadas pela riqueza das interacções e estímulos que a cultura promove. Identificar as diferenças é assim essencial para uma educação de qualidade, identificar as diferenças, não para as transformar em estigmas, mas para encontrar portais que permitam desenvolver ou mesmo ressuscitar a auto-estima de cada aluno, uma condição indispensável para que se decidam e prontifiquem a ter uma relação positiva com os saberes que se aprendem na escola. Compreender as diferenças dentro de uma aula é uma tarefa primeira do professor, a que corresponde de seguida o dever de utilizar esse conhecimento como base do trabalho diferenciado e não para apontar essas diferenças, na sala de aula, ou aos pais, aumentando o mal estar dos alunos cuja auto-estima tanto precisaria de ser reforçada. O reconhecimento das diferenças não implica a constituição de grupos separados por níveis, antes cooperação fazendo que os alunos mais competentes desempenhem uma atracção, isto é, se constituam como um convite a um pensamento mais elaborado, ao mesmo tempo que tornado próximo dos colegas menos avançados, que se juntam em trabalho cooperativo. Um esforço de proximidade entre os novos conhecimentos e as capacidades já existentes, num esforço continuado de puxar os alunos em estádios cognitivos menos elaborados para patamares superiores com a ajuda dos que já neles se encontram (o professor e outros alunos).

Quer isto dizer que seria grave que o reconhecimento das diferenças se traduzisse numa diminuição das expectativas do professor relativamente a cada aluno. A escola existe para que cada um progrida, todos os dias e todos os anos ,na direcção de uma maior qualidade do pensar, do sentir e do agir e isto é assim para todos, embora cada um à sua maneira. Desistir dos alunos é mesmo aquilo que o professor de pior pode fazer na sua profissão. Infelizmente, ainda há quem se alegre quando vê reduzir o número de alunos na turma ou vê definitivamente afastado um aluno que lhe dava mais trabalho. Desistir de ajudar o aluno, mesmo quando não se prevê que possa vir a passar de ano, é também desistir de ser professor, é também contribuir para que a escola deixe de ser um local para todos e perca a sua função institucional primeira: a de possibilitar a realização de objectivos comuns apesar das diferenças.

É que a escola pública é um lugar de possibilidade de aprender a viver em comum e se aí não se conseguir essa possibilidade, difícil será encontrá-la na sociedade. O combate à marginalidade começa mesmo dentro da escola, na sua capacidade de atracção e não de repulsão dos que vivem vidas mais difíceis, a nível pessoal e familiar, vidas mesmo marginais. Philippe Meirieu e Marc Guiraud escreveram um livro

que tem por título "*L'école ou la guerre civile*". Nele traçam um caminho para que a escola pública seja capaz de cruzar permanentemente os objectivos de conhecimento e os objectivos sociais de nível elevado, cada um alimentando o outro. O filósofo Olivier Reboul responde à questão sobre o que vale a pena ser ensinado na escola dizendo que é "aquilo que liberta e o que une". E especifica o que liberta: por exemplo, o conhecimento científico que ajuda a desembaraçar dos preconceitos e visões arcaicas do mundo; a história que liberta do presente e do aprisionamento e que permite compreender e relativizar a actualidade; a literatura que ajuda a colocar palavras sobre os paradoxos da vida, a saber como se pode amar e odiar ao mesmo tempo; a leitura e a escrita que nos libertam da dependência do outro. O que une: a música onde nos podemos encontrar e partilhar as mesmas emoções; a alegria da descoberta científica de ver fenómenos incompreensíveis ordenarem-se sob os nossos olhos; o prazer de analisar, em conjunto, as mesmas dificuldades e de encontrar soluções cheias de engenho. A arte e a tecnologia, o desporto e a poesia valem porque libertam e unem os homens. E acrescenta ainda que é fazendo provar aos alunos esta dupla função das obras humanas que a escola obrigatória cumpre a sua missão. Philippe Meirieu vai mais longe na definição da missão da escola. Para que a escola possa funcionar é mesmo necessário uma "fronteira" entre a sociedade civil e a sociedade escolar, uma fronteira não é um "Muro de Berlim" ou uma "Cortina de Ferro", mas uma separação que permite à escola jogar plenamente o seu papel específico e de preservar, entre os jovens, o poder de mudar o mundo.

Manter a identidade da escola não significa colocá-la de costas para a sociedade. Bem ao contrário deve ser antes um lugar onde se elaboram respostas às questões que o mundo lhes coloca, um lugar para reflectir sobre os acontecimentos que escandalizam, as injustiças que revoltam, as novidades que fascinam. Ajudar as crianças e os jovens a crescer, a "apreender" a sociedade, a se determinarem em relação a ela, a fazer as suas escolhas.

A escola não é um santuário onde o diálogo sobre a sociedade esteja ausente, onde só têm lugar as crianças que se comportam bem no ritual que aí decorre. Mas ela também não pode abrir-se sem reservas à sociedade civil. A fronteira com a sociedade civil, liberal e de mercado, é necessária para que a escola funcione com valores específicos que não são nem económicos nem afectivos. Não se vai à escola para produzir, ou porque se gosta. Vai-se à escola para aprender e para aprender a viver em comum.

A escola também não é uma família, é um lugar em que a palavra, de cada um, deve ser examinada em termos da sua verdade e não do estatuto de quem a enuncia.

É um lugar onde o aluno aprende assim pouco a pouco a tomar distância em relação aos que o rodeiam, o professor, os camaradas, os pais: uma condição para progredir e desenvolver a autonomia. Todo o sucesso escolar baseado numa chantagem afectiva dos pais ou dos professores é efémero. Não se construirá sobre conhecimentos sólidos e não estruturará a personalidade.

Uma das tarefas da escola básica é também a de ensinar a criança à resistência: às opiniões que ouve de todos os lados, às sugestões e influências da família, às dos grupos, a si mesmo. Isto é, a escola existe para ajudar a fazer passar as convicções pelo crivo da razão. Na escola, a criança pode alargar o seu horizonte, descobrir outros modos de ver, outros valores, sair das suas cumplicidades, dos seus circuitos fechados. A criança descobre a relatividade das normas (por exemplo as normas que os pais dos seus amigos têm e podem ser diferentes das dos seus), apesar do seu interesse colectivo. E aos pais cabe compreender a missão institucional da escola. Uma associação de pais é um grupo de cidadãos que tem uma certa ideia da escola e não um grupo de intervenção para satisfazer os seus interesses individuais e pontuais. Por exemplo, os interesses particulares dos pais na manutenção dos regimes duplos. Isto é, não pode comportar-se como um movimento de defesa de consumidores.

A escola pública para todos não é uma empresa, nem mesmo um serviço; é uma instituição com um mandato e função social e política que lhe são atribuídos pela Constituição da República.

Para que o do currículo seja relevante é preciso que traga para dentro da escola aquilo que afecta os alunos. **É preciso fazer até da violência tema do próprio currículo.** É estudando-a, compreendendo-a (alunos e professores) que se pode encontrar, dentro da escola, a competência para a confrontar e transformar em projectos de trabalho a realizar pelos que a praticam. Tarefa difícil e arriscada que só pode ser realizada se bem preparada e onde se aceite o erro também como forma de aprender. A escola tem de aprender a lidar com o erro, reabilitando-o, isto é aceitando-o como forma de partida para a procura de outras alternativas, outras formas mais verdadeiras, mais certas. Se o medo do erro for desaparecendo, haverá mais empenhamento, menos medo de tentar ser-se e de aprender a viver com as tensões inevitáveis.

A profissão de professor é cada vez mais exigente. É cada vez mais um trabalho muito qualificado, porquanto lhe são atribuídos níveis de responsabilidade cada vez mais diferenciados. São muitas as competências necessárias na profissão:

- Competência crítica, reflexiva, complexa de modo a conseguir estabelecer ligações entre conhecimentos e dimensões humanas, aparentemente não relacionadas entre si.
- Competência no conhecimento e compreensão dos alunos e afastamento das estratégias às suas necessidades.
- Competência de analisar o contexto sociocultural e de contextualizar o ensino
- Competência de desenvolvimento curricular e a preparação de matrizes ou directivas diferenciadas.
- Clareza de comunicação e facilidade na utilização das tecnologias
- Capacidade de manter os alunos atentos e motivados.
- Envolvimento afectivo e ético no desempenho de funções

O desafio está aí e se ainda não começou a revelar-se nas vossas escolas, já escasseia o tempo para que se centrem nas mudanças que terão de concertar. Preocupa-me a concentração excessiva nas cinco horas atribuídas às áreas não disciplinares. A gestão do currículo nas outras disciplinas é porém tanto ou mais complexa. Pretende-se não alterar os programas, mas espera-se que sejam os professores a transformá-los de modo a fazer ressair das suas entranhas potencial para desenvolver as chamadas competências gerais e transversais. Quando o mandato era outro e em vez de competências se tratava de objectivos gerais e específicos, já o desafio era grande. A palavra de ordem de então era a de articulação horizontal. Agora, a exigência é muito maior porque se trata de inventar formas de realização em que a competência se adquira. E tudo isto para além de promover a educação sexual, a do consumidor, a educação para a saúde e para a segurança. E tudo isto desenvolvendo a cidadania.

Quanto a esta deixo-vos uma “litania” que talvez ajude para a reflexão ou para iniciar o trabalho...

EDUCAR PARA A CIDADANIA É...

- Educar para a cidadania é estar atento às notícias, mas também ao que nos chega sem notícia ou o procurar saber o que está escondido envolto num silêncio que é de morte lenta.

- Educar para a cidadania é desvendar, tentar compreender e entender as metáforas e as falácias, é não desistir de procurar compreender o que está por detrás de cada teia de mentiras, por vezes teias em nome da lei, e que não deixam alcançar a verdade que se pressente e sente.
- Educar para a cidadania é desenvolver a vontade de participar quando tudo parece convidar ao conforto, à indiferença e à preguiça. Quando lá fora chove e estamos quentes, quando lá fora há choro e cá dentro mordomia, quando lá fora há fogo e cá dentro frescura, quando lá fora há fome e frio e cá dentro há calor e “bastaça”.
- Educar para a cidadania é consumir tempo com os outros quando o tempo voa para as nossas tarefas; é ouvir os ruídos urgentes quando preferíamos o silêncio; é ficar, quando preferíamos partir, se o outro precisa de nós.
- Educar para a cidadania é gostar dos lugares onde vivemos com os outros, a nossa casa, a nossa escola, a nossa cidade, o nosso país, o nosso mundo, tornando-os mais belos, mais humanos, mais saudáveis, mais justos, menos esgotados, um lugar também para os vindouros.
- É clarificar conceitos como democracia, poder, autoridade e entender os seus significados em diferentes doutrinas políticas e em diferentes contextos sociais e profissionais, conceitos que não sendo verdadeiros ou falsos mas são públicos e úteis.
- Educar para a cidadania é compreender o valor da democracia, é velar para que seja vivida e participada, é exigir aos que são eleitos que atendam os interesses de todos, que decidam pela maioria mas respeitem as minorias; é não prescindir de contribuir para a resolução dos problemas expressando opiniões e participando em acções de apoio ou ainda em grupos de intervenção cívica, de protesto, políticos, religiosos, de ocupação dos tempos livres, ou em grupos de voluntariado para apoio a situações de emergência ou de apoio aos mais desfavorecidos.
- Educar para a cidadania é educar para a saúde de cada um e para a saúde pública, para comportamentos de prevenção de doenças.
- Educar para a cidadania é conhecer os deveres de pertença a uma comunidade, a lealdade, solidariedade e a participação na construção colectiva dos seus objectivos.
- Educar para a cidadania é querer usufruir com parcimónia dos bens colectivos, mas querer igualmente contribuir para o bem comum, com rigor e com verdade e

com empenhamento, olhando o bem pessoal em harmonia com interesse colectivo.

- Educar para a cidadania é educar para o trabalho mas também para a fruição dos tempos livres, para a apreciação dos bens culturais, para saborear a natureza e para descobrir o gosto da superação e a da transcendência.
- Educar para a cidadania é educar para o sentido de missão, um jeito de crescer e viver no mundo feito de escolhas e de percursos ousados com entusiasmo e persistência.
- Educar para a cidadania é ensinar a pensar, ensinar a avaliar argumentos, a descortinar razões, mas também ensinar a gostar e a ter o prazer de negociar, de ultrapassar oposições, de gerir dificuldades de convivência, de estabelecer harmonias e vontades colectivas de realização.
- Educar para a cidadania é desenvolver a capacidade de comunicar, de justificar, de apresentar expectativas, de reivindicar direitos.
- Educar para a cidadania é educar para ouvir os outros, para protelar juízos, para desconfiar dos nossos preconceitos, de nos abirmos às razões do outro.
- Educar para a cidadania é ajudar a compreender como os direitos e deveres não podem dissociar-se e como os direitos do homem são todos igualmente importantes.
- Educar para a cidadania é educar para conhecer outras culturas, os seus valores e os seus rituais e desenvolver o respeito pela diversidade e pela diferença.